

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**  
**MODALIDADE À DISTÂNCIA**

Walkiria Cléa da Silva Farias

**A CONSTRUÇÃO DO PPP NA PRÉ- ESCOLA EM PICUÍ-PB**

**JOÃO PESSOA - PB**

**2014**

F224c Farias, Walkiria Cléa da Silva.

A construção do PPP na pré-escola em Picuí-PB / Walkiria Clé da Silva Farias. – João Pessoa: UFPB, 2014.

48f.

Orientador: Nayara Tatianna Santos da Costa

Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância)  
– UFPB/CE

1. Construção coletiva. 2. Gestão democrática. 3. Projeto político-pedagógico. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.09 (043.2)

**WALKÍRIA CLÉA DA SILVA FARIAS**

**A construção do PPP na Pré- Escola em Picuí-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador (a): Prof. Ms. Nayara Tatianna Santos da Costa

**JOÃO PESSOA – PB**

**DEZEMBRO / 2014**

## **A CONSTRUÇÃO DO PPP NA PRÉ- ESCOLA EM PICUÍ-PB**

Aprovada em: \_\_/\_\_/2014

### **BANCA EXAMINADORA**

**Profª.**\_\_\_\_\_

**Prof. Orientador**

**Universidade Federal de Campina Grande - UFCG**

**Prof.**\_\_\_\_\_

**Prof. Convidado**

**Universidade Federal da Paraíba – UFPB**

**Prof.**\_\_\_\_\_

**Prof. Convidado**

**Universidade Federal da Paraíba - UFPB**

## **DEDICATÓRIA**

Primeiramente a Jesus Cristo, maior educador de todos os tempos, sem o qual nada do que foi feito se faria. Aos meus filhos Yan Vinícius, Yohana Raab e Hayan Yarley e a meu esposo Emerson de Lucena Silva, pelo amor, paciência e compreensão nos momentos difíceis.

## **AGRADECIMENTO**

Ao meu Deus que me fortaleceu e não me permitiu desistir. À minha família, pelo apoio e conforto em todos os momentos difíceis. Aos tutores do Pólo de Apoio Presencial em Campina Grande-PB, que estiveram sempre solícitos em tudo que precisei. À minha orientadora, Prof. Nayara Tatianna Santos da Costa pela compreensão, paciência e conhecimento disponibilizado sem o qual eu não chegaria até aqui.

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores”.

(Gadotti, 1994,p.579)

## RESUMO

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada em uma pré-escola, no município de Picuí sobre o Projeto Político-Pedagógico e teve como objetivo investigar como se deu o processo de construção do PPP na instituição analisada e qual a participação do coletivo nesse processo. Além disso, pretendemos refletir sobre a importância do Projeto Político Pedagógico, como prática de planejamento essencial para um bom desenvolvimento educacional na Educação Infantil a partir de uma visão coletiva e democrática que envolva toda comunidade escolar. A metodologia utilizada foi uma pesquisa empírica com entrevista e aplicação de questionário tendo assim um caráter qualitativo. O referencial bibliográfico foi apoiado principalmente nos estudos de Veiga, Vasconcelos entre outros, bem como nos documentos que determinam as diretrizes para a Educação Infantil (LDB, PNE, PCNI, etc.). Alguns dos resultados aportam para a compreensão do PPP como instrumento vivo, dinâmico em constante transformação, exequível e expresso cotidianamente na prática sendo necessário que a equipe pedagógica e demais membros da instituição façam uma autoanálise a respeito da gestão democrática a fim de assumirem como responsabilidade a participação dinâmica no processo de tomada de decisão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Construção Coletiva. Gestão Democrática. Projeto Político Pedagógico.

## ABSTRACT

This work is the result of research conducted in a preschool in the municipality of Picuí, on the pedagogical political project and aimed to investigate how the PPP building process at the institution analyzed and what collective participation in this process, as well as reflect on the importance of Pedagogical political project, as a practice of essential planning for a good educational development in early childhood education from a collective and democratic vision that involves the entire school community. The methodology used was an empirical research with interviews and questionnaires with qualitative character. The bibliographic reference was supported mainly in studies of Veiga, Vasconcellos among others, as well as in the documents that determine the guidelines for early childhood education (LDB, PNE, PCNI, etc.). Some of the results



contribute to understanding of the PPP as an instrument alive, dynamic in constant transformation, feasible and expressed daily in practice being required that the pedagogical team and other members of the institution do a self-analysis about democratic management in order to take on the responsibility the dynamic participation in the decision-making process.

**Keywords:** Collective Construction. Democratic Management. Pedagogical Political Project.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	
1.1. Contexto Histórico.....	13
1.2. A Educação Infantil e a Legislação Brasileira.....	14
<b>2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NUMA PERSPECTIVA COLETIVA</b>	
2.1. O Projeto Político Pedagógico e sua importância.....	16
2.2. O Projeto político pedagógico: Uma construção coletiva e possível.....	18
<b>3. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b>	
3.1 Tipo e caracterização da pesquisa.....	24
3.2 Pesquisa Qualitativa.....	24
3.2 Pesquisa empírica de caráter exploratório.....	25
3.3 Sujeitos da pesquisa.....	26
<b>4. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</b>	
4.1. Entrevista.....	27
4.2. Questionário.....	28
4.3. Categorias de análises.....	29
<b>5. DISCUTINDO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUA CONSTRUÇÃO</b>	
5.1. O Projeto Político Pedagógico na pré-escola, numa abordagem coletiva....	30
5.2. A Construção do PPP na Pré- escola pesquisada.....	31
5.3. O conceito de participação coletiva.....	34
5.4. Transformações possíveis.....	39
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

A escolha deste tema surgiu da curiosidade e necessidade de se conhecer mais profundamente o processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) no âmbito da pré-escola. Percebendo, porém, que na maioria das vezes, o PPP é construído quase sempre por um grupo seleto de profissionais (diretores, coordenadores e raramente alguns professores) e engavetado pelo resto do ano, buscou-se, assim, compreender como se processou essa construção a partir dos sujeitos que participaram de sua elaboração, visto que a escola não é feita apenas por diretores e professores, há relações que envolvem desde o funcionário que cuida da limpeza ao pai do aluno que estuda nessa escola.

Partindo desse pressuposto, compreendemos, portanto, que a construção do PPP deve envolver toda a comunidade escolar (pais, professores, merendeiros, etc.) dando suas opiniões, traçando objetivos, enfim, buscando cada vez mais a melhoria constante do sistema de ensino, uma vez que todos estão de certa forma, ligados entre si e se algo é melhorado em algum ponto toda a rede é beneficiada.

A construção do PPP está sempre em andamento e quando elaborado de forma democrática, pode trazer mudanças novas e satisfatórias para o crescimento e valorização da Educação Infantil como etapa primordial e fundamental do desenvolvimento da criança.

Um PPP democrático só é possível a partir de uma gestão democrática em que toda a comunidade escolar (gestores, docentes, funcionários, pais, alunos e elementos representativos da comunidade) participam e decidem coletivamente sobre questões de seus interesses, numa articulação entre o local e o global, unidade e diversidade, teoria e prática.

Essa democracia só é efetivada quando se alia a teoria com a prática. Em outras palavras, é quando a comunidade escolar se compromete com a causa do outro, pois, já que se trata de uma comunidade, o problema de um afeta todos, quando rompe com o hierarquizado e não cristaliza o instituído, mas busca a inovação. Desse modo, se consegue uma educação realmente emancipatória e democrática que responda aos interesses coletivos a fim de gerar inovações e qualidade de vida para todos.

Nessa perspectiva nos questionamos: De que modo foi construído o PPP na Educação Infantil? Qual a participação do coletivo nesse processo?

Nesse sentido, elegemos como objetivo geral investigar se a instituição possui um Projeto Político Pedagógico, como se deu o seu processo de construção e como a comunidade escolar entende o conceito de participação.

Uma escola sem PPP não pode ser uma escola democrática e se ela constrói seu PPP de forma isolada a partir de uma gestão centralizadora também não poderá estar enquadrada nessa categoria. Será uma instituição sem um rumo certo a seguir, perdida e sem identidade e o que é pior não valoriza o processo educativo, nem se compromete com ele, visto que desconhece os benefícios que uma gestão democrática traz para a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pela escola. As instituições de Educação Infantil não estão isentas dessa realidade e se elas seguem essa linha comprometerão seriamente o desenvolvimento das crianças, prejudicando-o. A gestão democrática é o ponto de partida para que tanto as escolas de ensino fundamental como as instituições de Educação Infantil realmente exerçam seu poder de autonomia.

Sendo os grupos representativos da comunidade escolar e os canais pelos quais se efetiva a participação da comunidade nos destinos da educação pública, destacamos os órgãos colegiados como os grupos nos quais a gestão democrática realmente se concretiza. São exemplos de órgãos colegiados: A Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), o Grêmio Estudantil, o Conselho de Classe, o Conselho de Alunos representantes de sala e o Conselho Escolar. Dentre estes, o Conselho Escolar é sem dúvida o mais importante, pois ele congrega, além da própria direção da escola, os participantes dos demais colegiados e representantes da comunidade escolar.

Uma escola sem Conselho Escolar também não poderá dizer que possui uma gestão democrática e ainda que em seu regimento o contemple, se os órgãos acima citados não tiverem verdadeira participação nas tomadas de decisão ou se suas colocações não forem levadas em consideração, a escola que se autodenominar democrática só o será no nome e todo o seu trabalho e desempenho resultarão em fracasso, evasão e baixo rendimento. Com a Educação Infantil não é diferente e os seus fracassos serão evidenciados no desenvolvimento insatisfatório das crianças.

Abordar a questão do projeto pedagógico implica em evitar que isso aconteça, pois o objetivo maior da Educação Infantil é promover o desenvolvimento global e satisfatório da criança construindo um cidadão cada vez mais crítico, reflexivo e ativo na

sociedade em que atua. O Projeto Político Pedagógico é um meio para isso, uma vez que ele guia a instituição na busca pela qualidade do seu trabalho.

O cenário social em que vivemos exige uma educação cuja proposta pedagógica converta para esse objetivo sempre na perspectiva de que sua construção ocorra a partir da interação entre os sujeitos coletivos que compõe a instituição.

Nesse sentido, desenvolvemos este trabalho organizando-o em cinco capítulos. O primeiro capítulo traz uma breve abordagem da Educação Infantil no plano histórico e legal, e o seu reconhecimento pela legislação brasileira. O segundo capítulo discorre sobre o PPP a partir da concepção de Veiga e Vasconcelos, entre outros autores, numa perspectiva coletiva e dinâmica para um melhor desenvolvimento das práticas pedagógicas na pré-escola. O terceiro, por sua vez, trata sobre o tipo de metodologia usada na busca de informações, a fim de compreender de que modo foi construído o PPP na instituição pesquisada e qual o papel do coletivo nesse processo. O quarto capítulo discute os instrumentos utilizados na coleta de dados. O quinto discorre sobre o PPP na realidade da pré-escola analisada e como se deu o seu processo de construção. Por fim, apresentamos nossas considerações finais acerca da trajetória e dos resultados obtidos com a pesquisa.

## **1- BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **1.1 Contexto histórico**

A Educação Infantil tem uma história relativamente recente, se bem que bastante curiosa pelo fato de não haver nascido com fins educativos, mas sim marcadamente assistenciais.

A primeira revolução industrial, apesar dos avanços tecnológicos que trouxe ao mundo, conseguiu de certa forma escravizar as crianças, em especial, as mais pobres que trabalhavam de forma impiedosa e desumana. Com o aumento da crueldade que esse sistema estava impondo a esses pequenos, comprometendo até mesmo suas vidas, muitos como Robert Owens, James Buchanan em Londres e tantos outros por toda a Europa se levantaram com o intuito de tentar afastá-las desse regime de escravidão. Surgiu, então, as instituições de acolhimento para os filhos dos operários e crianças órfãs e desamparadas. Porém, apesar de ser um grande avanço no resgate da infância essas instituições tinham caráter puramente assistencialista sem nenhum fim educacional, em outras palavras não havia preocupação alguma com o desenvolvimento social e intelectual dessas crianças.

A preocupação com a infância desamparada foi aumentando gradativamente e com ela uma nova concepção que via a criança como sujeita com características e necessidades próprias e distintas, diferentes dos adultos ia surgindo. A antiga visão que a concebia como um adulto em miniatura foi sendo subjugada a partir do momento em que estudos mais detalhados começavam a chamar a atenção para momentos diferentes, referentes à infância, como etapa distinta e peculiar do desenvolvimento humano. De acordo com Kuhlmann (2004), foram com pessoas como Comenius, Rousseau e outros (séculos XVII e XVIII respectivamente) que uma mudança considerável a respeito da concepção de infância e criança pôde surgir e com ela uma nova valorização dessa etapa tão importante e decisiva do desenvolvimento humano.

No campo da história da educação, além da história das instituições educacionais, a história do discurso pedagógico, a partir do estudo de autores como Comenius, Rosseau, Pestalozzi, Froebel, entre outros, traz uma importante contribuição à história da infância (KUHLMANN JR., 2004, p.18).

Essa visão, materializada no trabalho de pioneiros da educação pré- escolar como os citados por Kuhlmann, buscavam como objetivo primordial desenvolver atividades em prol do desenvolvimento afetivo, social e intelectual da criança fazendo com que as instituições que atendiam a infância fossem perdendo gradativamente o seu caráter puramente assistencialista transformando-se num espaço de construção de vivências.

No século XX, o movimento da Escola Nova impulsionou a Educação Infantil, criando um clima de renovação e sensibilidade, abrindo-se novas perspectivas para essa etapa da educação. No Brasil esse movimento surgiu nas décadas de 20 e 30 desse século.

## **1.2 A Educação Infantil e a Legislação brasileira**

Nos anos 20, a compreensão da identidade da infância brasileira, seu atendimento e a busca por uma educação que andasse junta com o assistencialismo, adquiriram forte repercussão com o trabalho pioneiro de Moncorvo Filho, como nos afirma Kuhlmann:

No Brasil, Arthur Moncorvo Filho, diretor do Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro, escreveu o Histórico de Proteção à Infância no Brasil (1500-1922) divulgado no 3º Congresso Americano da Criança e 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922, e reeditado em 1926. Embora médico, o autor referenciou-se em historiadores, citando Lavis e Rousiers, enfatizando as relações entre o interesse pelo passado e seus ensinamentos para o presente. O livro enfoca o ensino primário, a assistência e o atendimento de saúde às crianças, dois terços dele ocupando-se do período de 1899 a 1922, com destaque às atividades de seu instituto (KUHLMANN JR., 2004, p 26).

Além dele poderíamos citar muitos outros que de modo considerável contribuíram para o despertar da educação Infantil no Brasil, mas não é esse o nosso objetivo. Queremos apenas ressaltar que todos aqueles que lutaram por uma nova concepção de infância e por uma Educação da criança que respeite seus direitos e suas especificidades contribuíram para torná-la um direito assegurado pela lei e de responsabilidade do Estado a toda criança brasileira sem acepção de qualquer natureza. O artigo 208, inciso IV da Constituição Federal de 1988, diz: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

O Estatuto da Criança e Adolescente – (ECA) foi resultante disso. Promulgado em 1990, lei nº 8069 em seu artigo 227, coloca a criança e o adolescente como prioridade nacional, reconhecendo-os como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, também estabelecem um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - (LDB), promulgada em 1996, nº9394 estabelece em seu artigo 21 a composição da Educação Escolar. Ela diz que o ensino será dividido da seguinte forma: “I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio; II – educação superior” (BRASIL. 1996). Trazendo ainda em seu artigo 29 a finalidade da Educação Infantil, o desenvolvimento integral das crianças até seis anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Com isso, a Educação Infantil passa a fazer parte da educação básica como etapa obrigatória e necessária para o desenvolvimento da criança.

Essa lei procura concretizar a implementação de uma série de procedimentos regulamentados para que as creches e pré-escolas valorizem suas atividades, integrando o cuidado com a educação. Tratando em seu artigo 30 sobre as normas da organização da Educação Infantil que será oferecida em: “I – creches, ou entidades equivalentes, para criança de até três anos de idade e II – pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade”. Rompendo, assim, com estereótipos tão comuns da denominação (creche para pobre / escolinha para rico) de acordo com a classe social.

Em dezembro de 1998, o Conselho Nacional de Educação pública as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com o intuito de nortear as propostas curriculares e os projetos pedagógicos para educação da criança de 0 a 6 anos estabelece paradigmas para a própria concepção de programas de cuidado e educação, com qualidade em situações de brincadeiras e aprendizagem orientada de forma integrada, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de respeito e confiança, enquanto tem acesso aos conhecimentos mais amplos da realidade



social e cultural. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil confirmam os Princípios, Fundamentos e Procedimentos da Educação Básica na orientação das instituições de educação infantil.

A partir disso, as análises dos impactos das transformações sociais, tecnológicas e culturais sobre a criança de 0 a 6 anos, as conseqüências sobre seu modo de ser e se relacionar têm se tornado alvo de discussões que cada vez mais questionam as abordagens pedagógicas, de conhecimento geral e específico, do universo infantil e da formação do perfil do profissional que atua com essa faixa etária.

Essa nova forma de olhar a criança e para a criança tem sido decisivo para a busca por uma educação que verdadeiramente respeite e considere a criança em todas as suas especificidades. Não são apenas novas leis e artigos, são novos valores, novos rumos novas bases teóricas e filosóficas, novos conhecimentos e relacionamentos que constituem novos desafios e um estímulo à construção de políticas públicas para o alcance da tão sonhada qualidade da educação.

Para a efetivação desses objetivos, faz-se indispensável que cada instituição possua/construa um documento com a função de planejamento global de sua ação educativa. Nos meios educacionais, o referido documento é conhecido como Projeto Político Pedagógico (PPP), que veremos mais detalhadamente no capítulo a seguir. Lembrando que o objetivo principal da elaboração deste documento não está ligado apenas às exigências legais, mas, sim, à qualidade conseguida ao longo do processo de sua elaboração, uma vez que, o PPP somente se constituirá em referência para as ações educativas se os sujeitos da comunidade escolar se reconhecer nele, para referendá-lo como tal.

## 2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NUMA PERSPECTIVA COLETIVA

### 2.1 O Projeto Político Pedagógico e sua importância.

Este trabalho tem por base os estudos de Veiga (2002), Vasconcelos (2002) e Gadotti (1994), bem como o olhar sobre a legislação que regulamenta a Educação Infantil, cujas concepções convergem para um ponto comum: A importância da elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico e a ação dinâmica do mesmo para um melhor desenvolvimento das práticas pedagógicas na pré-escola visando uma educação de qualidade para crianças.

Desde a promulgação da LDB (Lei Federal n º 9.394, 20/12/1996), as discussões em torno do Projeto Político Pedagógico (PPP) tem se intensificado cada vez mais, tornando-se uma exigência para todos os seguimentos da educação. Em seu artigo 12, prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Mas, a construção do Projeto Pedagógico não pode ser vista apenas como o cumprimento de uma legislação. Ele é muito mais que isso. A legislação apenas reconhece o direito da instituição de desfrutar a autonomia que permite ao seu coletivo definir as ações necessárias para formar o cidadão que deseja.

Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico representa o resultado de um período de reflexão e esforço de toda a comunidade escolar para buscar a melhoria da qualidade de sua ação pedagógica dentro de sua realidade.

Para Ilma Passos Veiga (VEIGA, 2002), o Projeto Político Pedagógico é um documento que reúne o conjunto de objetivos, metas e sonhos que a escola pretende alcançar ao longo do ano, os propósitos que determinarão a sua ação pedagógica bem como os meios para concretizá-las. O seu próprio nome já reúne informações relevantes sobre sua função.

A palavra **projeto** se refere às propostas de ação concreta que se pretende pôr em prática durante o período que foi determinado pela escola. Por **político** entendemos que é pelo fato de a escola se constituir em um espaço de

desenvolvimento social no sentido de buscar formar de cidadãos ativos na sua sociedade, conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente no seu contexto histórico e **Pedagógico** porque obviamente será neste documento em que estará definido e organizado toda a ação pedagógica da escola (os tipos de projetos a serem trabalhados, que atividades serão necessárias ao processo de ensino e aprendizagem, para se obter os resultados esperados, o método de ensino a escola adotará: o inovador, interdisciplinar, tradicional, etc.).

Nesse sentido, o PPP se torna o referencial de cada escola, que indica a direção a seguir não apenas dos professores ou diretores, mas pra todos os demais que direta ou indiretamente estão ligados a ela, refletindo as opções de escolha, prioridades para a formação de cidadãos e expressando as ações pedagógicas que levarão a instituição a alcançar seus objetivos educacionais.

O PPP é importante para a Educação Básica por dizer não à uniformização, fazendo uma ruptura com o presente e se projetando para o futuro. De acordo com Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. Gadotti, 1994,p.579)

Dessa forma, é imprescindível que toda instituição ao elaborar seu Projeto reflita sobre o pensamento de Gadotti, preocupando-se em observar a realidade dos sujeitos envolvidos, buscando as condições necessárias para o desenvolvimento das ações planejadas e, sobretudo, visando à formação de parcerias no sentido de promover a articulação dos vários segmentos da educação, prezando o respeito pela diversidade de opiniões que permitirão o crescimento coletivo.

## **2.2 O Projeto Político Pedagógico: uma construção coletiva e possível**

A construção do PPP é extremamente necessária para uma ação pedagógica reflexiva e contribuinte de uma educação de qualidade e precisa ser completo o

suficiente para que contemple todas as necessidades da escola e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos.

De acordo com Veiga (2002), a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu processo educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Sendo assim, para ser completo ele precisa conter informações relevantes sobre a realidade na qual a escola está inserida, sua comunidade, mas, sobretudo sobre os seus alunos, pois é visando o seu desenvolvimento que a qualidade de ensino tem sentido e é por uma qualidade de ensino que o PPP é construído. São essas informações que junto a alguns princípios nortearão o seu processo de elaboração, transformando-o numa ferramenta de importância relevante que deverá ser consultado a cada tomada de decisão para que os objetivos e metas traçados pela escola possam ser alcançados. Da mesma forma, na Educação infantil, o Projeto pedagógico não pode de modo algum se descontextualizar da realidade na qual a instituição está inserida e deve buscar aprimorar, avaliar e inovar a prática educativa com o objetivo principal de garantir o desenvolvimento global da criança.

Os princípios fundamentais a se considerar na elaboração do PPP tanto para a Educação Infantil como para o Ensino Fundamental, são os de igualdade e qualidade ambos defendidos pela autora em consonância com o que está proposto na LDB (LDBEN, nº 9.394/96). “Igualdade de oportunidades requer, portanto, mais que a expansão quantitativa de ofertas; requer ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade” (VEIGA, 1998, p.14); Ou seja, a escola deve favorecer a universalização do acesso e da permanência a todos sem distinção ou qualquer tipo de preconceito, sendo ela a principal ferramenta da inclusão. A qualidade abrange os instrumentos, métodos e a qualidade política, os fins, valores e conteúdos; a gestão (que deve ser democrática) e suas dimensões pedagógica, administrativa e financeira. “A busca da gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas” (VEIGA, 1998, p.16); No que se refere especificamente ao PPP, isso quer dizer que toda a comunidade escolar deve ter acesso a esse documento e participar na elaboração do mesmo.

Compreendemos, portanto, que uma construção coletiva e democrática com a participação de todos os envolvidos no processo educativo (escola, família e comunidade) é perfeitamente possível. Vasconcellos (2002) entende que essa participação torna todos responsáveis (seja pelo fracasso ou pelo sucesso) evitando que haja um único responsável a quem culpabilizar, já que os resultados são baseados numa conquista coletiva. Veiga (2001) acredita que, desse modo, há uma efetivação no exercício da autonomia, apesar de relativa e uma desfragmentação do controle hierárquico gerando uma forma mais democrática de organização do trabalho pedagógico. Autonomia essa que também é defendida pela LDB (LDBEN, nº 9.394/96) como sendo uma liberdade do fazer da escola sem depender de outros órgãos, lembrando que junto à liberdade está também a responsabilidade. Cada escola pode construir seu PPP de acordo com sua realidade, porém tendo sempre em vista esses dois pontos que se verdadeiramente considerados, contribuirá para uma qualidade e igualdade do ensino que será refletida no desenvolvimento do aluno como um todo. E esse objetivo só é possível se essa democratização for realmente efetivada.

O PPP deve ser flexível porque como seu foco gira em torno de um desenvolvimento satisfatório do aluno, suas metas, ações, projetos e objetivos devem se adaptar às necessidades desse público.

Porém apesar de tudo isso, antes da promulgação da LDB exigindo a obrigatoriedade da sua construção, havia por parte da escola, uma falta de compromisso quanto a sua elaboração e execução e quando esta o fazia, não havia coletividade no processo, ou seja, cada escola escolhia fazê-lo ou não e o resultado disso era um sistema de ensino sem planejamento, quase sempre descontextualizado de sua realidade e com baixo rendimento escolar.

Como já foi dito anteriormente, o Art. 12 da LDB, estabelece os princípios que a instituição deverá seguir para a elaboração da sua Proposta Pedagógica:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

[...] VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar os pais e responsáveis

sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica [...]. (BRASIL. 1996)

Com isso, fica clara a exigência de um projeto que contemple o coletivo na sua elaboração e execução. O Art. 14 também é bem claro quando afirma que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Idem, ibidem).

No que se refere à participação do professor especificamente, o Art. 13 explicita que os docentes terão como encargos: “I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino [...]” (Idem, ibidem).

No Plano Nacional de Educação, ao tratar dos objetivos e prioridades, a referência ao Projeto Político Pedagógico aparece enquanto:

[...] democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2001, p. 4).

Assim o Plano Nacional de Educação retoma o que está posto na Constituição, ao reafirmar que o PPP é a expressão da organização de cada instituição e que deve contemplar a comunidade escolar na sua elaboração.

O documento de Política Nacional de Educação Infantil (BRASIL. 2006), no qual se definem as diretrizes para Educação Infantil, também ressalta o PPP como produto do coletivo, dinâmico e em constante processo de construção e reformulação. E determina, como diretriz, que:

As instituições de Educação Infantil devem elaborar, implementar e avaliar suas propostas pedagógicas a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e com a participação das professoras e dos professores. (BRASIL. 2006. P.17)

Como objetivo busca garantir que:

[...] todas as instituições de Educação Infantil elaborem, programem e avaliem suas propostas pedagógicas, considerando as diretrizes curriculares nacionais, bem como as necessidades educacionais especiais e as diversidades culturais. (BRASIL. 2006. P.20)

Assegurar a participação das professoras e professores no processo de elaboração, implementação e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil. (BRASIL.2006.p.20)

E como meta:

Assegurar que, até o final de 2007, todas as instituições de Educação Infantil tenham formulado, com a participação dos profissionais de educação nelas envolvidos, suas propostas pedagógicas. (BRASIL.2006. P.22)

Nesse sentido, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (BRASÍLIA. 2006.), em relação ao PPP, considera que o Estado, independente de oferecer ou não o atendimento a essa faixa etária:

Adotem medidas, em articulação com os municípios, para assegurar que todas as instituições de Educação Infantil formulem e avaliem suas propostas pedagógicas com a participação da comunidade escolar orientando-as nesse processo. ( BRASÍLIA. 2006.P. 17);

Ainda para os municípios os Parâmetros determinam que estes:

Adotem medidas para assegurar que todas as instituições de Educação Infantil formulem e avaliem suas propostas pedagógicas com a participação da comunidade escolar. ( BRASÍLIA. 2006.P. 22)

Os Indicadores de Qualidade na Educação infantil (BRASÍLIA. 2009) em consonância com o que está proposto na Política Nacional de Educação Infantil afirma que o PPP constitui acima de tudo o guia para:

[...] orientar as atividades desenvolvidas, a equipe da instituição de educação infantil deve contar com uma proposta pedagógica em forma de documento, discutida e elaborada por todos, a partir do conhecimento da realidade daquela comunidade, mencionando os objetivos que se quer atingir com as crianças e os principais meios para alcançá-los. ( BRASÍLIA. 2009. P. 37)

Compreendemos, assim, que o trecho acima ressalta o caráter coletivo, dinâmico e ativo que o PPP deve ter, necessitando, portanto ser vivenciado continuamente por todos os que participam da instituição.

A proposta pedagógica não deve ser apenas um documento que se guarda na prateleira. Ao contrário, deve ser um instrumento de trabalho, periodicamente revisto, com base nas experiências vividas na instituição, nas avaliações do trabalho desenvolvido e nos novos desafios que surgem. ( BRASÍLIA. 2009. P. 37)

Desse modo, compreendemos que tanto os autores acima mencionados como todos os documentos que regulamentam a Educação Infantil convergem para um ponto em comum: A construção de uma Proposta Pedagógica que priorize a ação coletiva dos membros da comunidade escolar na busca pelos interesses da

criança e o seu desenvolvimento satisfatório, culminando para o alcance da tal sonhada qualidade da educação.

Desse modo, observamos que o cumprimento de todas essas exigências deve proceder de forma autônoma e consciente por parte de cada instituição, e nesse sentido, a questão da coletividade vem à tona novamente já que “o projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas” (VEIGA, 1998,p.11-35) e sim “um instrumento para a construção de uma educação de qualidade democrática, um ponto de apoio para todos aqueles que se comprometem com esta causa”.( VASCONCELLOS, 2002).Essa qualidade democrática a que Vasconcellos se refere é dinâmica e participativa estando em constante processo de construção como já foi explicitado anteriormente.

A busca por uma educação de qualidade que acompanhe o ritmo dos tempos atuais é um sonho de todos e para alguns pode até soar um tanto utópico, porém é uma necessidade urgente para os que realmente compreendem que a Educação é a chave para as mudanças que tanto queremos.

A escola comprometida com a educação é aquela que vê o PPP como um instrumento de transformação e inovação metodológica cuja construção deve ser contínua de modo que possa “permitir o encontro, a reflexão, a ação sobre a realidade numa práxis libertadora” (VASCONCELLOS, 2002), no compromisso de fazer uma escola de todos, unidos por um mesmo propósito em torno da educação.

Portanto, percebe-se a importância de tal base teórica para a elaboração desse trabalho que vem enfatizar a inegável importância do PPP como elemento essencial para uma gestão democrática na Educação Infantil, em todas as suas dimensões políticas e práticas que possibilitem o envolvimento e comprometimento de todos com o desenvolvimento satisfatório da criança na busca por mais qualidade nesse seguimento da educação.



### **3- PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

#### **3.1 Tipo e caracterização da pesquisa**

Este trabalho foi construído através de uma pesquisa empírica a partir de uma abordagem qualitativa em uma pré-escola no município de Picuí-PB, a fim de compreender de que modo foi construído o PPP da escola e qual o papel do coletivo nesse processo.

A cidade de Picuí está localizada na microrregião do Seridó oriental paraibano e conta com aproximadamente 19.000 habitantes. O município preza por uma educação de qualidade refletida no crescente aumento do IDEB a cada ano. Oferece educação pública infantil e fundamental de qualidade para todos, distribuída em sete escolas de Ensino Fundamental e três instituições de Educação Infantil na zona urbana e mais sete escolas na zona rural que atendem ao infantil e fundamental simultaneamente.

A escolha de uma dessas pré-escolas na zona urbana se deu em virtude da mesma ter feito parte da minha iniciação na Educação Infantil de 2008 a 2012, visto que leciono desde o ano 2000, mas foi só nesse período que comecei a me dedicar exclusivamente a Educação Infantil.

#### **3.2 Pesquisa Qualitativa**

De acordo com Lakatos e Marconi (LAKATOS, MARCONI, 2006) a abordagem qualitativa se refere ao método de pesquisa escolhido pelo pesquisador que não pode ser traduzida em números, mas pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador. Em resumo, ela responde a “questões particulares” (, LAKATOS, MARCONI. 2006 p 271) do caso estudado.

Para Minayo (1994), a investigação qualitativa é a que melhor se coaduna ao reconhecimento de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos.

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo

contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

Godoy (1995, p.58) ainda explicita algumas características principais de uma pesquisa qualitativa, que embasam também este trabalho. Segundo ele, esse tipo de pesquisa “considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos (...)” e, por fim, teve como preocupação maior “a interpretação do fenômeno estudado”: o PPP da escola.

Considerando as colocações dos autores acima mencionados, esse tipo de pesquisa seria o mais indicado para o trabalho em questão por se tratar da análise das “questões particulares” de uma, num universo de escolas existentes no município (grupo específico) em suas situações particulares e, principalmente, pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada.

### **3.3 Pesquisa empírica de caráter exploratório**

A investigação se enquadra também como uma pesquisa empírica ou de campo de caráter exploratório porque tem como principal característica a busca de dados relevantes e convenientes obtidos através da experiência, da vivência do pesquisador. Segundo Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa de campo (ou empírica) é utilizada quando o objetivo do estudo é “conseguir informações e conhecimentos a respeito de um problema, para o qual se busca uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (LAKATOS e MARCONI 2003.p.186).

Outra característica é que a mesma “pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. “O pesquisador precisa ir ao espaço onde ocorre ou ocorreu o fenômeno”. ( LAKATOS, MARCONI ,2003.p. 188). Seu caráter exploratório se deve ao fato de que “o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado” ( LAKATOS, MARCONI, 2006. P.201).

### 3.4 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos de pesquisa foram: 14 professores do maternal ao pré II da referida instituição, distribuídos em: três salas de berçário com 10 crianças de 2 a 2 anos e meio; três salas de maternal com 16 crianças de 3 anos ,quatro salas de pré I com 20 crianças de 4 anos e mais quatro salas de pré II com 23 crianças de 5 à 6 anos nos turnos manhã e tarde respectivamente. Todos os professores possuem graduação em Pedagogia, alguns com especialização em Educação Infantil. A escola não dispõe de professores auxiliares. Além dos professores foram contemplados quatro dos demais funcionários sendo: Um auxiliar de serviço, um auxiliar administrativo, um inspetor escolar e o gestor da escola. Dos membros do Conselho escolar, um representante de pais. Salientando que o auxiliar administrativo também é membro do Conselho Escolar. Totalizando 18 colaboradores. A escolha desses sujeitos se deve ao fato de serem estes os que participaram da construção do PPP da escola e também pela a viabilidade e facilidade no acesso às informações por parte dos mesmos.

Todos participaram se mostrando bastantes interessados no assunto e serão identificados com um pseudo-nome seguindo a ordem das letras do alfabeto, sendo a primeira minúscula e a outra maiúscula no caso dos professores, e as iniciais da função exercida no caso dos demais, todas maiúsculas. Exemplo: p A, p B, p C, para os professores. Para gestor; AS para auxiliar de serviço, RP para representante de pais, AA auxiliar administrativo, IE inspetor escolar. Tudo para preservar suas identidades.

## 4-INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

### 4.1- Entrevista

A entrevista, nas suas diversas aplicações, é uma técnica de interação social, interpenetração informativa, que favorece a pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Constitui-se sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano durante o trabalho de pesquisa. Muitos autores que tematizaram esse assunto atentaram para o fato de a entrevista ser uma situação psicossocial complexa. Dentre eles Marconi e Lakatos (2003) discorrendo sobre essa questão, explicam que a entrevista é mais que um instrumento de coleta de dados, é um encontro entre duas ou mais pessoas “a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKATOS, MARCONI, 2003 p.188). Desse modo, compreendemos que sua eficácia está profundamente ligada à concepção de linguagem e de discurso pressuposta não só durante a análise, mas principalmente no desenvolvimento do intercâmbio com o informante. As autoras se baseiam numa concepção do discurso que vê a entrevista como uma forma de interação dinâmica em que os participantes constroem, num trabalho de constante negociação, os objetos do discurso.

No caso específico deste trabalho, as entrevistas realizadas se tornaram peças fundamentais na reflexão sobre os vários elementos presentes no processo de concepção e construção de nosso objeto de estudo: o Projeto Político Pedagógico da Instituição analisada.

A entrevista realizada foi semiestruturada, com todos os sujeitos da pesquisa se deu em momentos e locais variados de acordo com a disponibilidade de cada um. Foi gravada com o auxílio do celular e escolhida como instrumento de coleta de dados em virtude da viabilidade ao acesso às informações e disponibilidade de tempo e interesse dos mesmos. Juntamente com esta entrevista, foi realizado também um questionário estruturado destinado à obtenção de mais informações sobre a visão dos sujeitos em relação a sua função e importância para a escola, bem como o conceito de participação coletiva nesse processo. É importante lembrar que os sujeitos acima mencionados participaram dos momentos da entrevista.

## 4.2- O questionário

Um questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquisição de um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma série de questões que abrangem um tema de interesse para os investigadores, não havendo necessidade da interação direta entre estes e os inquiridos. De acordo com Marconi e Lakatos, o questionário “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito sem necessariamente necessitar da presença do entrevistador” ( LAKATOS, MARCONI, 2003, p. 200 ). Segundo as autoras esse método apresenta as seguintes vantagens:

“é econômico e com bom rendimento quanto aos dados; abrange muitas pessoas simultaneamente (...); colhe respostas rápidas e precisas; propicia maior liberdade nas respostas por conta do anonimato; minimiza riscos de distorção, pela não influência do pesquisador; favorece as respostas em hora mais adequada ao respondente e favorece uniformidade na avaliação, pela impessoalidade do instrumento.” (LAKATOS, MARCONI, 2003. P. 201-202).

O questionário utilizado foi de caráter misto, com perguntas fechadas e abertas. O motivo pelo qual o questionário foi escolhido como instrumento de coleta de dados é que como já foi dito anteriormente, não necessita da presença do entrevistador e favorecendo assim que os entrevistados ficassem mais à vontade para expor suas ideias e opiniões, uma vez que na entrevista os mesmos se portaram com um pouco de timidez e inibição.

A escolha do questionário como instrumento de inquisição a um determinado número de pessoas apresenta vantagens e desvantagens relativas à sua aplicação. Uma das vantagens é que a aplicação do mesmo possibilita uma maior sistematização dos resultados fornecidos, permite uma maior facilidade de análise bem como reduz o tempo que é necessário despendido para recolher e analisar os dados. Mas por outro lado apresenta também desvantagens ao nível da dificuldade de concepção, pois esta dependerá da clareza das perguntas, natureza das pesquisas e principalmente das habilidades literárias dos inquiridos. Por isso, o fato de incluir a entrevista como complementação para aprimorar a compreensão das concepções dos sujeitos de pesquisa em relação ao assunto pesquisado.

### 4.3 Categorias de análise

Sendo assim, o questionário (Apêndice 1) elaborado para a coleta de dados contém 14 perguntas, sendo as 4 primeiras de caráter objetivo, visando a identificação do perfil do entrevistado e as demais abertas subdividas em três categorias, a saber:

1-A Construção do PPP na escola de educação infantil

2-O conceito de coletivo e de participação dos membros da escola.

3- Transformações possíveis.

A categoria um dialoga com as informações acerca do que é o PPP e como se deu o seu processo de construção. A categoria dois discute a percepção dos sujeitos ao conceito de participação e coletividade nesse processo e a categoria três versa sobre possibilidades de mudanças nas perspectivas de discussão a partir da fala dos sujeitos. A entrevista também foi elaborada seguindo essas categorias, porém de forma mais informal.

O PPP é o guia condutor que dá segurança e canaliza a escola para um verdadeiro e significativo progresso. Esse progresso é pautado pelas mudanças e transformações que a escola deve realizar e isso deve acontecer de dentro (da escola) para fora (o contexto social). Para que isso aconteça é preciso que haja o empenho coletivo de todos os que fazem a escola.

É partindo dessa prerrogativa que acreditamos ser possível tornar a escola um espaço verdadeiramente democrático que contemple todas as proposições colocadas e tendo o PPP como processo coletivo que envolva de forma eficaz a participação de todos os agentes que fazem parte da realidade escolar.

Os dados obtidos através desta pesquisa evidenciaram o nível de conhecimento dos professores e da comunidade sobre projeto político-pedagógico e as suas metodologias, como também a sua participação na elaboração desse documento buscando ainda soluções possíveis para a melhoria na qualidade desse processo visando o objetivo maior que é a qualidade de ensino numa perspectiva democrática e emancipatória.

## **5- DISCUTINDO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUA CONSTRUÇÃO**

### **5.1 O Projeto Político Pedagógico na pré-escola, numa abordagem coletiva**

Para discutir e pesquisar sobre o Projeto Político Pedagógico numa perspectiva coletiva, foi utilizado como suporte observações a partir das reflexões e concepções estudadas, bem como o olhar sobre o cotidiano da instituição de educação infantil, a partir de uma pesquisa de campo, utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista e o questionário com os participantes da construção do Projeto Político Pedagógico, buscando conhecer como foi construído o PPP e quais estratégias usadas para a sua elaboração.

O processo de construção do PPP envolve diferentes membros da comunidade educativa. Essa participação deverá sempre ocorrer de forma democrática nas tomadas de decisões em relação aos objetivos e metas a serem alcançados pela escola.

Construído coletivamente, o PPP contribui para a construção da identidade de uma comunidade escolar e essa construção deve ser realizada através de discussões e debates coletivos permitindo a participação efetiva de todos, visando, assim a melhoria da prática educativa e o crescimento da escola. Essa construção, não é tarefa fácil, uma vez que envolve a participações de muitas pessoas. Muitas ideias e concepções surgem e a possibilidade de divergências é uma realidade. Nesse sentido, Vasconcelos ( 2002) lembra que:

A apreensão que os diferentes membros da comunidade educativa farão da realidade escolar poderá ser bastante divergente. Vai ser preciso muita interação, muito diálogo para se chegar às necessidades e as possibilidades de forma rigorosa (não alienada) e coletiva. Vasconcelos (2002 a, p. 30).

As reflexões a partir da observação de como se deu esse processo na instituição analisada e o depoimento dos sujeitos entrevistados, mostraram que apesar das dificuldades enfrentadas há uma verdadeira busca por esse ideal, porém é fato que ainda há muito que se caminhar para que as palavras de Vasconcellos se tornem uma realidade em todos os aspectos por ele mencionados. Apesar de vivermos numa época em que o respeito às diversas opiniões é algo amplamente difundido ainda é difícil conseguir que todos os debates ocorram de forma não alienada e coletiva.

As categorias de estruturação do questionário anteriormente mencionadas foram organizadas a fim de obter informações mais precisas acerca do assunto estudado. Todos os sujeitos responderam as questões propostas e ficou claro que o gestor e os docentes, detinha o maior nível de conhecimento acerca do que é o PPP e para quê serve. Os demais não demonstraram ter muita propriedade no assunto.

## **5.2 A construção do PPP na pré-escola analisada**

A escola analisada possui um Projeto Político Pedagógico, cuja construção se inicia sempre no início do ano, com a presença de todos os sujeitos mencionados anteriormente. Essa construção acontece em reuniões periódicas já estabelecidas no calendário da escola e é revisado durante todo o período letivo. Uma vez construído ele é reelaborado a cada dois anos. Nessas reuniões os problemas a serem resolvidos são analisados e debatidos, traçando metas e ações a serem alcançadas visando sempre à melhoria do processo ensino-aprendizagem e do desenvolvimento global da criança. A primeira reunião foca sempre na análise dos registros do ano anterior. Dessa maneira se identifica os avanços e dificuldades e a partir de então são traçadas as primeiras propostas para o ano atual. Durante o processo dessa pesquisa o PPP da Instituição foi amplamente analisado e discutido tanto por parte do pesquisador como por parte dos sujeitos de pesquisa.

Sobre o que é o PPP, sua importância, e seu significado, os professores demonstraram compreendê-lo como um instrumento no qual se definem os princípios, propostas e ações para sistematizar as atividades desenvolvidas na instituição e que por isso é muito importante para uma melhoria na qualidade do ensino. Isso quando é planejado e pensado para ser posto em prática e não pra ficar engavetado.

Para a gestora o PPP é um instrumento de ação e sendo assim precisa estar em constante reconstrução principalmente pelos professores, visto serem eles os coautores do processo.

O projeto não é só importante mais extremamente necessário, pois é a partir dele que os planos para implantar os programas que a gente quer e os indicadores sobre o impacto das ações, são desenvolvidos. A gente faz de tudo pra isso se concretizar na prática, mas nem sempre o que queremos é o que podemos. Se o projeto fica guardado de que adianta? Sei que todo mundo é ocupado, mas tem de se tirar um tempo pra dar uma



olhada no projeto, do contrário de nada adianta gastar um dia inteiro pra elaborá-lo. (G)

No entanto, parte desses profissionais (10%) demonstrou compreendê-lo apenas como um documento a mais, obrigatório nos arquivos da escola. Um documento muito importante, mas apenas um documento. Desse modo esses professores não se veem como coautores desse processo e, portanto não pensam o PPP como instrumento de prática que deve ser construído e reconstruído continuamente.

“Para mim o PPP é um documento que é obrigatório ter na escola e ele serve pra organizar o que se vai fazer durante todo o ano, mas não acho que seja necessário estarmos toda hora analisando e refazendo”. (p L);

“ O PPP é o documento norteador da política da escola.” ( p O );

“ É um documento obrigatório pois está na lei e é através dele que a escola é organizada, mas, acho que tem coisa que basta o gestor fazer não precisa da gente ter que estar se reunindo, todo mundo, sempre, até pra fazer o plano de aula.” (p I ).

Felizmente os outros 90% compreendem o PPP como instrumento de prática numa ação dinâmica e ativa. Isso se evidencia nos depoimentos dos mesmos sobre o significado da palavra **Projeto, Político e Pedagógico** e no trabalho que desenvolvem com os alunos. Para estes o PPP é **projeto** porque reúne um conjunto de ações a serem executadas durante determinado período de tempo, e apesar de haver dificuldade para consultá-lo constantemente, refletem sempre que possível, sobre o mesmo quando vão planejar suas ações;

Do mesmo jeito dos projetos da escola que a gente faz pra executar na sala, o PPP tem um tempo determinado pra executar determinada proposta, senão a gente nunca ia conseguir passar pra etapa anterior e nenhuma ação se concretizaria. E não basta elaborar e guardar. A escola deveria disponibilizar até uma cópia pra cada professor pra que possamos estar sempre consultando e pondo em prática. A gente sempre que se reúne pra planejar usa o PPP mas as vezes é tanta coisa e como ele fica guardado, acontecem imprevistos ( se perde a chave, a pessoa responsável pelos documentos não está, alguém pede emprestado, etc.) e então nem sempre a gente usa. ( p C).

É **Político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, ativos e críticos.

O que queremos formar são alunos capazes de ter opinião própria e pensar sobre o que está acontecendo no mundo ao seu redor, pra não ser influenciado por tudo o que aparece na TV. Com os pequeninhos a gente busca fazer com que pensem o que está acontecendo na sua casa, na rua e até na cidade, pra que no futuro isso se abranja pra o mundo em geral. ( p J).

É **Pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem da escola.

No PPP a gente define de forma geral o método de ensino que vai usar durante o ano, se é baseado em Vygotsk, Piaget, também se vamos usar sempre os RECNEI ou não e assim por diante. Também se define as ações dos eventos do calendário do município de acordo com as propostas, por exemplo, o que vai fazer na Semana da Leitura, na semana do dia das crianças, etc. (p M);

O mais importante é que devemos ter o PPP sempre conosco, se é a gente quem elabora nada mais necessário que tenhamos um na sala, porque se ele fica guardado, no corre - corre do dia a dia, não dá tempo de ter que sair da sala, ir na diretoria, pegar e devolver. E somos nós quem lida mais com os alunos, então o PPP tem de priorizar a aprendizagem e só o professor realmente sabe em que ponto ele deve melhorar nesse sentido. (p F).

Sobre o uso do PPP como guia norteador que deve ser constantemente consultado e utilizado no desenvolvimento das ações, os professores explicaram que há uma dificuldade nesse sentido por causa, da jornada de trabalho ampliada e por não terem fácil acesso ao mesmo, mas que compreendem a necessidade de fazer dele instrumento presente nas suas ações. Esses professores trabalham em duas ou mais escolas e com as formações continuadas, cursos, casa, família, etc. Realmente não lhes restam muito tempo para se dedicar aos estudos minuciosos do PPP e como este, muitas vezes, fica guardado na diretoria, geralmente em um armário fechado, seu acesso é dificultado. Assim o termo “guia” se torna algo um tanto utópico, pois na verdade o seu acesso se restringe as reuniões e desse modo o professor não consegue dar-lhe a atenção devida para nortear suas ações pedagógicas.

Eu até que tenho vontade de tá sempre consultando o PPP pra fazer o plano de aula e seguir tudo do jeito que é pra ser, mas a gente precisa muito do outro expediente e o tempo é pouco pra muita coisa e o que acontece é que não fazemos bem nem um e nem o outro, o salário ainda fica muito a desejar e daí tem que se trabalhar mais, fazer o que, né? E outra, só pegamos no PPP quando é dia de reunião, assim nem sempre ele guia nosso plano.(p D).

Quanto à importância do PPP na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela instituição, ficou claro que se for elaborado para ser realmente executado numa ação de constante reflexão, ele não só contribui, mas, se constitui peça fundamental para melhorar, aprimorar ou mudar o que não estiver dando certo. E principalmente no que se refere ao processo de desenvolvimento da criança. O projeto político pedagógico ocupa um papel central nesse processo, pois é instrumento de prática e não apenas de consulta. Sendo assim, uma vez que estiver sendo constantemente reformulado podem-se identificar avanços e dificuldades e a partir disso traçar estratégia para alcançar os objetivos. Nesse sentido, os docentes

concordaram que o professor é uma peça fundamental para fazer do PPP um instrumento norteador da sua prática educativa visando o desenvolvimento satisfatório da criança, não só no aspecto intelectual, mas também no afetivo e social, já que é ele quem lida, diretamente com a criança e sabe de suas necessidades. E se o foco principal do projeto é essa busca, os resultados serão refletidos no desenvolvimento satisfatório da criança e numa ação educativa de qualidade.

Os demais sujeitos demonstraram conhecer o PPP muito superficialmente. Sabem que a escola o possui e que ele serve pra definir as ações que irão ser realizadas durante o ano, mas nunca o leram e nem se detiveram para compreendê-lo melhor. Nas reuniões realizadas para a construção do mesmo, preferem ficar apenas ouvindo. Os motivos são vários: Alguns não se manifestam por faltarem bastante às reuniões e para não correr o risco de falar algo desnecessário ou inconveniente ficam calados, “pra não pegar o bonde andando e falar besteira, é melhor ficar quieta” ( AS) ou porque não entendem muito do assunto, ou até mesmo por timidez. Nas reuniões que se decorreram durante o processo dessa pesquisa o PPP foi apresentado e discutido pelo pesquisador, a esses sujeitos, de forma mais minuciosa levando-os a refletirem e conhecerem as ações e objetivos presentes no mesmo. Levando-os a compreenderem a importância de sua participação nesse processo. Pois como já foi amplamente discutido, o Projeto político Pedagógico deve ter a participação de toda a comunidade escolar e não só da equipe pedagógica da instituição.

### **5.3 O conceito de participação coletiva**

O Projeto Político Pedagógico deve ser o produto e o resultado de um processo amplo de participação de todos os setores da comunidade escolar que garante a autonomia da instituição. Participação e autonomia possuem conceitos que se aproximam muito entre si. De acordo com Libaneo:

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é de conduzirem sua própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomadas de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação. ( LIBANEO. 2004. P.102)

Nesse sentido, podemos dizer que a autonomia de uma instituição ocorre na medida em que seus membros participam dela. É imprescindível que haja na instituição o respeito às diferentes formas de pensar, o trabalho coletivo e solidário para que essa participação seja efetivada. Libaneo (2004) ao tratar sobre gestão democrática explica que o coletivo é um princípio dessa modalidade e que esta só pode ser efetivada a partir de uma participação ativa baseada no compromisso mútuo e no sentimento de alteridade entre seus membros. (LIBANEO.2004). Segundo ele a gestão democrática:

Do ponto de vista organizacional é uma modalidade de gestão que por meio da distribuição de responsabilidades, da cooperação, do diálogo, do compartilhamento de atitudes e modos de agir, favorece a convivência, possibilita encarar as mudanças necessárias, rompe com as práticas individualistas e leva a produzir melhores resultados de aprendizagem dos alunos.(LIBANEO. 2004. P.103).

Não é nosso objetivo discorrer sobre gestão democrática, mas compreendemos que ao prezar pela coletividade e participação dos seus membros, a gestão democrática se constitui ponto de partida para a construção de um Projeto Pedagógico exequível e eficaz e que não possa ser gestado sem a presença de todos os seus protagonistas. E a participação é o ponto fundamental desse processo.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática na escola possibilitando o envolvimento de profissionais e usuário no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais.( LIBANEO. 2004. p. 102)

Apesar de Libaneo (2004) tratar especificamente do Ensino fundamental, suas contribuições são de extrema relevância para a Educação Infantil no que se refere a este assunto. Isso porque, a partir do momento que uma instituição de Educação Infantil baseia seu trabalho na discussão coletiva, ela tende a melhorar a qualidade dos serviços que presta a comunidade e estimula ações compartilhadas entre seus membros, objetivando seu maior alvo que é o desenvolvimento global e satisfatório da criança.

Portanto, participar é se envolver é interagir, integrar-se no grupo, dialogar para a busca de soluções dos problemas, compartilhar os objetivos e as responsabilidades e procurar o consenso nas tomadas de decisões. Porém sabemos

que isso nem sempre acontece e que muitos ainda acham que o simples fato de se fazer presente em uma reunião significa que participou dela.

Nesse sentido, buscamos compreender o conceito de participação por parte dos entrevistados.

Para o corpo docente, participar é “se posicionar sempre que for necessário nas tomadas de decisão” (p A). Participar coletivamente é ter liberdade de opinar, ouvir todos ser ouvido também por todos e que suas opiniões sejam levadas em consideração quando tiver decisão pra se tomar. Como o próprio nome já diz coletivo é o inverso de individualismo e se a decisão do que se é discutido se centraliza em uma pessoa ou grupo não há participação coletiva. Mesmo que todos os envolvidos estejam presentes, que opinem, discutam ideias, chegarem a uma decisão a ser tomada, e no final o que prevalecer for a decisão de apenas um, também não houve participação. “Se você não opina, não participa, e se opina e ninguém dar atenção ao que você diz, também não participa e se fica lá e não se envolve também não houve participação” (p E).

Para os demais sujeitos houve um consenso geral de que ocupar um espaço não é suficiente para que haja participação. Não basta estar presente apenas para preencher uma cadeira.

“Eu até que acho importante a gente participar, já que é pro bem da escola, e sei que ficar só sentada não adianta de nada, mas fico acanhada de falar com medo de dizer alguma besteira” (AS).

“Eu sei que está lá apenas pra ocupar um lugar não adianta muita coisa, mas não gosto de falar muito porque acho que não tenho muita sugestão boa pra dá (AA).

Esses depoimentos refletem o pensamento de que esses sujeitos não se consideram membros importantes no grupo, para eles sua presença ou a falta dela não influi e nem contribui nos assuntos discutidos. A timidez, o baixo nível de escolaridade e até a condição socioeconômica foram os principais motivos encontrados para explicar a baixa frequência nas reuniões. Para evitar possíveis constrangimentos, preferem não comparecer e quando o fazem ficam quietos e calados. Nesse sentido, a gestora explica: “Quando tem as reuniões, todos são convocados, só que quem realmente participa são os professores, os demais sempre tem uma desculpa pra não estarem presentes.” ( G).

Ao investigar sobre esse problema da assiduidade, descobrimos na coleta de dados que esse fato também se deve ao tempo gasto nessas reuniões, uma vez que muito do que se é discutido não consegue chegar a um consenso devido à divergência de opiniões e assim estas se tornam demoradas, cansativas e improdutivas. A pauta nessas reuniões deve primar pela objetividade na discussão dos assuntos debatidos e nas tomadas de decisão. Sobre isso o gestor explica:

Até que começamos na hora, mas há muitas conversas paralelas e isso atrapalha porque quando queremos fechar um assunto aí alguém lança um questionamento que aquele assunto volta a tona e não termina nunca.(G).

A posição dos demais sujeitos sobre esse aspecto reforça o quanto não reconhece o seu valor enquanto peça fundamental do processo de desenvolvimento das ações educativas da instituição. Limitam-se às suas funções e não acham necessário se envolver em qualquer outro aspecto que não se relacione ao seu cargo. Não há um entendimento de que suas posições e opiniões são de grande importância para o desenvolvimento da instituição como um todo. Por isso, o fato de não prezarem pela assiduidade nas reuniões de planejamento e discussão do PPP.

Pra que eu ta lá se não vou resolver nada, eu tenho muita vergonha de falar e então fico na minha, meu estudo não é muito, eu só tenho o segundo grau, e a maioria é tudo formado então se eu quiser dizer alguma coisa falo pra professora depois, vai que eu diga alguma besteira e todo mundo vai rir de mim. Minha presença nem influi nem contribui, se acontecer qualquer coisa na escola eu vou ser chamada pra resolver? Não! Quem é chamado é a diretora ou então um professor. Então não acho minha presença muito importante, é por isso que não vou a todas as reuniões, só pra ta lá enchendo uma cadeira? (IE );

É muito cansativo, a gente fica lá ouvindo, ouvindo, pois se fala muito no que fazer pros alunos aprenderem mais. Mas acho que eu não tenho muita importância o meu trabalho é só cuidar da limpeza e o que eu tenho haver com o que ta acontecendo na sala? Até posso ajudar, fico olhando as crianças enquanto a professora vai ao banheiro, mas só isso. ( AS);

O problema é que o povo discute, discute e não chega a um resultado logo. Quando um dá uma opinião o outro discorda e aí vem outra coisa e puxa outro assunto e então demora muito! E o que é pra resolver, chega a hora de ir embora e não se resolve. ( AA);

Eu vou lá, só faço escutar, mas não entendo nada. Como vou falar dumas coisas que não sei nem pra onde vai? Isso é pra elas que estuda e sabe das coisas eu só sei que se meu menino tá aprendendo pra mim já tá bom demais!( RP).

Essas falas demonstram ainda que, além das questões anteriormente mencionadas, há também uma dificuldade de compreensão em virtude do tipo de linguagem usada.

A linguagem deve ser o mais claro e objetivo possível, visto que nem todos os integrantes compreendem os termos técnicos como: ações pedagógicas, atividades lúdicas, desenvolvimento psíquico- social etc. Por isso, deve ser dirigida a todos e não há alguns membros específicos do grupo. A presença desses integrantes deve ser mais valorizada no sentido de mostrar pra eles que são importantes, que suas opiniões são relevantes para uma tomada de decisão e que não precisam ter receio de falar o que pensam. O condutor da reunião deve estar sempre se dirigindo a estes integrantes de maneira amistosa, perguntando o que pensam sobre este ou aquele assunto, afim de que possam se sentir membros do grupo e não deixá-los isolados e sem atenção.

Há que se considerar uma abordagem mais acessível e amistosa aos que não são professores, pois eles também fazem a escola. Desse modo, o conceito de coletividade e participação possa ser realmente efetivado.

Nesse sentido, percebemos que a questão da participação coletiva é muito mais complexa do que se imagina e que não basta apenas ter o desejo e a consciência de sua importância, há toda uma rede de situações que estão diretamente envolvidas no seu sucesso ou no seu fracasso.

Todos nós desejamos uma escola democrática, que de acordo com Veiga (2002) é aquela na qual o poder da livre expressão seja um direito exercido com consciência e eficácia, mas quando analisamos os meios para se obter tal ideal percebemos que a vontade só não basta é preciso muito mais do que isso é preciso uma transformação no próprio sistema que tem se tornado cada vez mais obsoleto.

Uma escola democrática e descentralizadora, em que todos possam fazer parte coletivamente de sua construção colaborando, com suas experiências e opiniões é um sonho possível. Mas de acordo com o que Veiga (1998) coloca, deve-se considerar a ampla participação, o envolvimento ativo e dinâmico de todos os envolvidos, opinando, dando sugestões, questionando, e principalmente tomando decisões.

Os depoimentos e a posição dos autores mencionados, deixam claro que o conceito de participação vai muito além do que a presença física. Não basta estar presente é preciso se envolver, sobretudo, de forma ativa e dinâmica. Para que haja uma participação efetiva e satisfatória é necessário que cada membro do grupo

tenha liberdade de expressão, que possa fazer suas colocações sem receio e que estas sejam ouvidas e discutidas no grupo.

#### **5.4 Transformações Possíveis**

Ao serem questionados quanto ao que fazer para mudar essa situação e sobre como o PPP poderia funcionar como instrumento de regulação da prática pedagógica, os profissionais de educação responderam que se o projeto for bem elaborado, se houver mais dinamismo e flexibilidade nas pautas de reuniões e planejamento há uma luz no fim do túnel. É possível sim começar a tornar o PPP objeto de ação contínua da ação pedagógicas.

Outra sugestão é que cada professor possa ter em sua sala uma cópia do projeto “Assim fica mais fácil utilizarmos quando precisar, uma vez que ele estando conosco é mais viável do que ter que estar indo toda vez na diretoria” (p H). Lembrando que o PPP não serve apenas para ser consultado. Ele é no papel, aquilo que se faz e vivencia na prática é o projeto real, vivido pelos que participam da escola. Pois como afirma Vasconcellos (2002), o Projeto político Pedagógico é instrumento de uma prática político-pedagógica e, portanto deve ser é construído/reconstruído continuamente pelos sujeitos que são coautores do processo e não meros coadjuvantes numa práxis libertadora.

Após essas reflexões foram sugeridas tanto por parte do pesquisador como do corpo docente da instituição algumas estratégias para melhorar as reuniões tornando-as mais dinâmicas e flexíveis. Tais como: promover outros espaços além do espaço escolar, em locais mais acessíveis a todos ( visto que a escola se localiza num bairro distante do centro, com pouca iluminação e com altos índices de criminalidade); Usar linguagem mais clara e objetiva; promover momentos de descontração, de auto estima para unir e envolver o grupo ( dinâmicas, coffe break, etc.). Outra sugestão é flexibilizar o horário e a data das reuniões e desse modo alcançar um número maior de participantes e ter mais produtividade.

Dessa forma, sistematizando melhor as ações, fazendo com que a equipe que participa desse processo abandone a rotina mecânica diária e assuma uma postura coletiva transformadora, fazendo uso dos instrumentos que tem em mãos para o planejamento das futuras ações, a gestão democrática e um Projeto Político Pedagógico que funcione na prática é uma realidade possível.



Entendendo o projeto político como um processo de ação e de antecipação do futuro que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação num refazer contínuo para melhor organizar as atividades de uma instituição garante sem dúvida a qualidade de ensino que tanto almejamos.

Concluimos, portanto, que o PPP implica em diversos enfrentamentos, pessoais e coletivos, mostrando que não é tarefa fácil e nem tão pouco simples, mas necessária para que melhorias na prática educativa, buscando possibilidades de transformação da realidade atual. Além disso, a participação coletiva é algo que embora para alguns pareça difícil não é impossível e que só dessa forma podemos contribuir para uma melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pela escola, buscando a descentralização do ensino e uma educação de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico incentiva a instituição a traçar seu próprio caminho educativo fundamentado em princípios estabelecidos por lei (LDB 9.394/96), que deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita, tendo em vista a igualdade de condições para o acesso à permanência na escola e a qualidade que não pode ser privilégio apenas de minorias econômicas e sociais. Uma educação de qualidade para todos é um princípio consagrado pela Constituição vertente e abrange as dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras.

Este trabalho teve como objetivos principais: questionar, conhecer e fazer um diagnóstico de como o Projeto Político e Pedagógico foi construído em uma pré-escola no município de Picuí.

É possível verificar que o projeto político-pedagógico da escola pode ser considerado como um momento importante de renovação. Projetar é lançar-se para frente, é romper com o presente e antever um futuro diferente. É arriscar e ousar.

O projeto político-pedagógico é também uma grande oportunidade para a tomada de decisões sobre os principais problemas da escola, das possibilidades de definição das ações e atuação para a solução desses, das divisões de responsabilidades entre a equipe escolar e da avaliação contínua sobre os encaminhamentos efetuados.

Para construí-lo é necessário estudar as teorias, pois estas iluminam a ação e dessa forma, pode-se afirmar que teoria e prática são indissociáveis.

Verificou-se que a escola tem uma visão democrática de ensino e buscou construí-lo numa perspectiva coletiva, porém ainda enfrenta muitas dificuldades.

Toda a comunidade escolar nas pessoas dos educadores, gestão, funcionários e representantes de pais estiveram sempre envolvidos, uns mais e outros menos e há uma constantemente busca por uma solução nos problemas referentes à questão da participação efetiva. Percebeu-se que os que os não docentes que participam de sua construção, desconsideram ou desconhecem a sua importância nesse processo não se sentindo responsáveis por ele. É necessário que a instituição busque meios de mudar essa realidade fazendo com que esses

também se sintam importantes e necessários em todas as dimensões da instituição e não apenas aos seus cargos.

Durante o processo dessa pesquisa, os debates realizados sobre o assunto nas reuniões de planejamento, as reflexões feitas por parte do pesquisador com base nos autores mencionados e uma posição receptiva por parte dos sujeitos de pesquisa em estarem abertos às mudanças, a gestão democrática começou a ser mais vivenciada no dia-a-dia da instituição e incorporada ao cotidiano educacional e o PPP passou a ser utilizado como instrumento de ação contínua e reflexiva; E ao experimentar seus benefícios, todos perceberam que esta é tão essencial à vida escolar da instituição como o é a presença das crianças e dos professores.

Ainda há muito para melhorar, porém o mais importante, a instituição dispõe, que é: A consciência da responsabilidade de cada um em buscar fazer um bom trabalho. Lembrando sempre que o processo de sistematização de um PPP bem como sua avaliação anual, traz como princípio a construção e debate coletivos de todas as suas etapas envolvendo o maior número possível de participantes, como já foi amplamente discutido, é preciso que reconheçamos o esforço da equipe em pensar, discutir e, por conseguinte reavaliar o Projeto Político Pedagógico em sua íntegra. Observamos no grupo o cuidado em garantir a maior autenticidade e coerência possível entre a realidade e sua síntese atual, apresentada sob a forma do Projeto Político Pedagógico. A Instituição por fim compreendeu que o mesmo lhe confere autonomia dando-lhe a capacidade de delinear a sua própria identidade, fazendo com que seja resgatada como um espaço público, onde haja debate, dialogo e reflexão coletiva. É só uma questão de saber como colocar em prática, o que está no papel.

## REFERENCIAS:

VASCONCELLOS, Celso S.. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do trabalho político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo, SP: Libertard, 2002.

LIBANEO. J. C. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5ª edição. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª edição Papirus, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção coletiva**. in: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1998.p.11-35.

MEDEIROS, José Washington de Moraes; OLIVEIRA, Zenon Sabino de. **Das estratégias às ações: Os procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa**. In: BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; ROSSI, Sílvio José. (Orgs.). *Trilhas do Aprendiz*. João Pessoa: Editora UFPB. Vol.8 - nº2 p. 611-626. 2011.

LIMA. Idelsuite de Souza. **Referencial Teórico**. In: BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; ROSSI, Sílvio José. (Orgs.). *Trilhas do Aprendiz*. João Pessoa: Editora UFPB. Vol.8. Disponível em: [UFPB Virtual - Universidade Federal da Paraíba Virtual](http://portal.virtual.ufpb.br) ..portal.virtual.ufpb.br < acesso em 02 de setembro de 2014>

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 10 172, de 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**, Brasília, DF, 2001.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. 2006. DF v.2; II;

BRASIL. MEC Lei nº. 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil** : pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília MEC, SEB, 2006. 32 p.

\_\_\_\_\_ **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009. 64 p.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto Pedagógico**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1994, Brasília. Anais... MEC, 1994.

## APÊNDICES

### QUESTIONÁRIO

#### **1- SEXO**

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

#### **2- IDADE**

- ☐ De 20 a 24 anos
- ☐ De 25 a 29 anos
- ☐ De 30 a 39 anos
- ☐ De 40 a 49 anos
- ☐ Acima de 49 anos

#### **3-ESCOLARIDADE**

- ☐ Nível Médio
- ☐ Nível superior completo
- ☐ Nível superior incompleto
- ☐ Especialização na área
- ☐ Pós graduação

#### **4- ESTADO CIVIL**

- ☐ Casado(a)
- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Viúvo(a)
- ☐ Divorciado/separado
- ☐ União estável

#### **5-CARGO NA INSTITUIÇÃO**

- ☐ Gestor
- ☐ Professor

- ( ) auxiliar de serviços gerais
- ( ) Auxiliar administrativo
- ( ) Pais ou tutores responsável pela criança
- ( ) Membro de Conselho escolar
- ( ) Outros

## **5- CATEGORIAS DE ANÁLISE**

### **5.1- A construção do PPP e sua importância na Educação Infantil**

- a)-O que é o Projeto político Pedagógico?
- b)- Qual a importância do projeto político Pedagógico para uma instituição educativa?
- c)-Esta instituição possui um Projeto político Pedagógico?
- d)- Se possui, como e em quanto tempo se deu a sua construção?
- f)- de quanto em quanto tempo ele é analisado e reelaborado?
- g)- Se não possui como e em quanto tempo a instituição pretende construí-lo?
- h)- De que forma o Projeto Político Pedagógico pode contribuir para as ações desenvolvida na Educação Infantil?
- i)- Que contribuições esse projeto pode oferecer ou já ofereceu para esta Instituição em particular?

### **5.2 Conceito de participação dos sujeitos de pesquisa.**

- a) O que você entende por participação?
- b) O que você entende por participação coletiva?
- c) Você participa ativamente da construção do Projeto político Pedagógico desta instituição?
- d) Que nível de importância você considera que tem nesse processo?
- e) O fato de ser membro de um grupo ou estar presente em uma reunião constitui participação? Como você encara essa questão?
- f) Que sugestões você daria para tornar o PPP uma construção coletiva?

## ENTREVISTA

### **1-Sobre o Projeto Político Pedagógico**

1.1- A escola possui um projeto pedagógico ou projeto político pedagógico?

1.2- Como ele foi elaborado?

1.3- O que motivou esta instituição a construir sua proposta pedagógica?

1.4- Como foi escolhida a equipe para participar desse processo?

1.5 Quais as dificuldades e/ou facilidades para a sua elaboração e implantação?

1.6- Ouvimos muito falar de que o PPP constitui a identidade de uma escola.

1.7- No seu ponto de vista como esse documento pode explicitar as características que a comunidade escolar (gestores, professores, funcionários, pais, etc.), pretende construir na unidade e qual formação que querem para as crianças que atendem.

1.8- Sabemos que alguns aspectos básicos, como a realidade da instituição e o seu contexto social, por exemplo, devem estar presentes na elaboração do projeto pedagógico. No projeto dessa instituição, foi observada bem a realidade da comunidade na qual está inserida, para, em seguida, estabelecer um pano de fundo para o desenvolvimento da proposta?

### **2-Sobre Gestão Democrática**

2.1- O que você sabe sobre gestão democrática?

2.2- Essa instituição preza e reconhece o valor de uma gestão democrática?

2.3-Você acha que o PPP desta instituição foi elaborado com base numa gestão democrática?

### **3- Sobre participação**

3.1- Você coordenou / participou da discussão do PPP dessa instituição?  
Como foi sua participação?

3.2- Como você analisa, as reuniões de planejamento? Quais os pontos mais relevantes e irrelevantes das discussões realizadas?



3.4- É bastante discutido o fato da coletividade democrática nesse processo. Como você compreende isso?

3.5- No processo de construção do PPP essa coletividade foi considerada?

3.6- O que seria comunidade escolar na sua concepção? Você se acha membro importante dessa comunidade?

3.7- É frequente a expressão do descontentamento dos profissionais da instituição quanto à falta de participação no PPP, porque alguns só vão para ocuparem uma cadeira por exemplo. Isso aconteceu nesta instituição? Por quê?

3.8- O que em sua opinião dificulta a participação coletiva?

3.9- Em sua opinião o que seria um PPP numa perspectiva de participação democrática e coletiva?

3.10- Se você acha que não existe essa coletividade na íntegra o que poderia ser feito para mudar essa realidade?

#### **4-O PPP e a ação pedagógica**

4.1- O que você entende por ação pedagógica?

4.2- As ações pedagógicas explicitadas no PPP estão de acordo com as desenvolvidas em sala de aula?

4.3- Para você o que não pode faltar em uma instituição de Educação Infantil para que ela seja uma promotora do desenvolvimento da criança?

4.4- O PPP tem sido efetivamente norteador da prática pedagógica dessa unidade educativa? Como você vê essa questão?